
Competitividade no setor Agrícola: evidenciação das informações ambientais em empresas com boas práticas de Governança

Competitiveness in the Agricultural sector: level of Environmental Disclosure in companies with good Corporate Governance practices

Received: 2023-01-11 | Accepted: 2023-02-12 | Published: 2023-03-04

Alex Eckert

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8704-9549>
Universidade de Caxias do Sul – UCS, Brasil
E-mail: alex.eckert@bol.com.br

Eduardo Pompeo de Matos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2586-4692>
Universidade de Caxias do Sul – UCS, Brasil
E-mail: edu_matos@outlook.com

Marlei Salete Mecca

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7545-3184>
Universidade de Caxias do Sul – UCS, Brasil
E-mail: msmecca@gmail.com

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar o nível de evidenciação das informações ambientais nas demonstrações financeiras das empresas do segmento Agrícola na Bolsa de Valores Brasileira B3, que seguem as boas Práticas de Governança Corporativa. Primeiramente foi desenvolvida uma análise documental e após realizado um levantamento dos respectivos níveis de Governança Corporativa de cada empresa. Para a coleta de dados, foram analisadas os Relatórios de Administração e de Sustentabilidade, as Demonstrações Contábeis, as Notas explicativas e os sites das empresas, além dos sites da B3 e da CVM. Os resultados indicam que as empresas possuem uma grande dificuldade de encontrar uma maneira adequada de evidenciar informações ambientais, embora se tenha constatado que a evidenciação das informações ambientais é fundamental, pois gera um marketing positivo para as empresas, aumentando sua competitividade, o desenvolvimento econômico e valorização no mercado.

Palavras-chave: Governança Corporativa; Competitividade; Gestão Ambiental; Sustentabilidade.

ABSTRACT

The purpose of this research was to analyze the level of disclosure of environmental information in the financial statements of companies in the Agricultural segment on the Brazilian Stock Exchange B3, which follow good Corporate Governance Practices. First, a documental analysis was carried out and after that, a survey of the respective levels of Corporate Governance of each company was carried out. For data collection, the Management and Sustainability Reports, the Financial Statements, the Explanatory Notes and the websites of the companies were analyzed, in addition to the websites of B3 and CVM. The results indicate that companies have great difficulty finding an adequate way to show environmental information, although it has been found that the disclosure of environmental information is fundamental, as it generates positive marketing for companies, increasing their competitiveness, economic development and appreciation in the market.

Keywords: Corporate Governance; Competitiveness; Environmental Management; Sustainability.

INTRODUÇÃO

Um dos principais enfoques científicos internacionais da última década diz respeito ao meio ambiente. A sociedade, no século XX, se preocupou pouco com a preservação dos recursos naturais. Os dejetos foram descartados no ambiente de forma irresponsável, com pouca preocupação com a consequência desses atos. Mais recentemente, o rompimento da barragem do Fundão em Mariana em 2015 e o rompimento da barragem Mina do Feijão em Brumadinho em 2019 se tornaram dois exemplos de desastres ambientais que talvez poderiam ter sido evitados. Uma maior preocupação com os efeitos das suas atividades ou, talvez, uma infraestrutura de ponta, teriam sido soluções para que esses desastres não tivessem ocorridos (CORREIO BRAZILIENSE, 2021).

Com danos cada vez mais aparentes, a sociedade começou a cobrar das empresas um maior cuidado com meio ambiente. Por sua vez, as empresas se viram na obrigação de dar uma resposta positiva, como por exemplo, investindo em projetos para a redução de impactos ambientais que as suas respectivas atividades ocasionassem. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) elaborou o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa para que as empresas sigam um desenvolvimento sustentável. Tornando-se mais transparentes para os acionistas, funcionários e a população em geral.

Com a preocupação com a preservação ambiental vieram as a necessidade de mensuração desses impactos. Através das demonstrações das informações ambientais isso se tornou possível. As empresas por meio de relatórios e dados conseguem demonstrar para a população quais as medidas estão sendo tomadas para mitigar seus danos e quais os resultados desses investimentos. A integração entre o governo, a governança corporativa das empresas e o desenvolvimento sustentável tem que estar alinhado. Somente dessa forma se terá a resolução de problemas fundamentais que afetam o meio no qual a humanidade vive.

Com a preocupação ambiental vieram as denominadas boas práticas de Governança Corporativa. Elas estão necessariamente vinculadas à obediência a Constituição Federal em vigor, particularmente em face do que determinam os dispositivos normativos estabelecidos como princípios gerais da atividade econômica. Dentre os princípios gerais da atividade econômica tem merecido grande destaque no século XXI o Princípio do Desenvolvimento Sustentável (FERREIRA; FIORILLO, 2016). Um exemplo de evidenciação ambiental é o Balanço Social. Ele busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa. Através dele se busca prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua (IUDÍCIBUS et al., 2000).

Assim, o objetivo da presente pesquisa é analisar o nível de evidenciação das informações ambientais nas demonstrações financeiras das empresas do segmento Agrícola na Bolsa de Valores Brasileira B3, que seguem as boas Práticas de Governança Corporativa. Justifica-se a

realização da pesquisa visto que os resultados poderão auxiliar na análise de como as empresas do segmento Agrícola que seguem as boas Práticas de Governança Corporativa estão evidenciando as informações ambientais. Além disso, poderá também ser utilizada como um manual de quais relatórios podem ser utilizados para um investidor analisar a parte ambiental de uma empresa.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conforme manifestação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) a Governança Corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum (IBGC, 2015).

De acordo com Claessens (2006), em um mercado de constante crescimento, competitivo e que se mostra atualmente muito mais relevante para a maioria das economias do que costumava ser, a implementação de diretrizes de Governança Corporativa se faz cada vez mais necessária, tendo em vista que estes avanços e desenvolvimento fizeram com que o monitoramento do uso de capital se tornasse mais complexo em certos aspectos. Segundo as diretrizes internacionais destacam, uma governança corporativa bem elaborada promove maior assertividade na prestação de contas, eleva o desempenho e a competitividade, além de ser uma valiosa vantagem competitiva (CHI-KUN, 2005).

A Governança Corporativa tem como objetivo incrementar seu valor de mercado através da execução de procedimentos e atividades que os acionistas estabelecem para o conselho e diretoria da organização. As empresas com elevados padrões técnicos e éticos de Governança Corporativa valem mais do que aquelas que não se preocupam com esse aspecto fundamental para sua gestão (RODRIGUES; MENDES, 2004, p.122).

Segundo o site da B3, a Governança Corporativa é dividida em 5 níveis, esses níveis foram criados para que o mercado brasileiro conseguisse segmentar adequadamente os diferentes perfis de empresas. Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do mercado de ações brasileiro, a B3 criou o Bovespa Mais. Idealizado para empresas que desejam acessar o mercado de forma gradual, esse segmento tem como objetivo fomentar o crescimento de pequenas e médias empresas via mercado de capitais. A estratégia de acesso gradual permite que a sua empresa se prepare de forma adequada, implementando elevados padrões de governança corporativa e transparência com o mercado, e ao mesmo tempo aumenta sua visibilidade para os investidores.

O segmento de listagem Bovespa Mais Nível 2 é similar ao Bovespa Mais, porém com algumas exceções. As empresas listadas têm o direito de manter ações preferenciais (PN). No caso de venda de controle da empresa, é assegurado aos detentores de ações ordinárias e preferenciais o mesmo tratamento concedido ao acionista controlador. Já o próximo nível de Governança Corporativa, o segmento Nível 1, deve adotar práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores. Para isso divulgam informações adicionais às exigidas em lei. O free float mínimo de 25% deve ser mantido nesse segmento, ou seja, a empresa se compromete a manter no mínimo 25% das ações em circulação no mercado.

Já as empresas listadas no Nível 2 têm o direito de manter ações preferenciais, nesse nível, as ações preferenciais ainda dão direito de voto dos acionistas em situações críticas, como a aprovação de fusões e incorporações da empresa e contratos entre o acionista controlador e a companhia, sempre que essas decisões estiverem sujeitas à aprovação na assembleia de acionistas. Caracteriza-se como um envolvimento intermediário.

Lançado no ano 2000, o Novo Mercado estabeleceu, desde sua criação, um padrão de governança corporativa altamente diferenciado. A partir da primeira listagem, em 2002, ele se tornou o padrão de transparência e governança exigido pelos investidores para as novas aberturas de capital, sendo recomendado para empresas que pretendam realizar ofertas grandes e direcionadas a qualquer tipo de investidor.

Na última década, o Novo Mercado firmou-se como um segmento destinado à negociação de ações de empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira. A listagem nesse segmento especial implica a adoção de um conjunto de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, além da divulgação de políticas e existência de estruturas de fiscalização e controle.

O Novo Mercado conduz as empresas ao mais elevado padrão de governança corporativa. As empresas listadas nesse segmento podem emitir apenas ações com direito de voto, as chamadas ações ordinárias (ON). O Novo Mercado segue algumas regras relacionadas à estrutura de governança e direitos dos acionistas como: o capital deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto, no caso de alienação do controle, todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço (tag along de 100%) atribuído às ações detidas pelo controlador, instalação de área de Auditoria Interna, função de Compliance e Comitê de Auditoria.

CONTABILIDADE AMBIENTAL

A Contabilidade Ambiental é o segmento da ciência responsável pelo registro e evidenciação das ocorrências que provocam alterações nos elementos patrimoniais da empresa como resultado da sua relação com o meio ambiente, ressalta-se que, não se trata de uma nova técnica ou ciência, figurando apenas como uma vertente da contabilidade tradicional. Como é o

caso da contabilidade industrial e comercial que direciona o seu estudo para um setor específico, nesse sentido a contabilidade ambiental se ocupa das questões ligadas à área ambiental (CARVALHO, 2020).

Esse ramo tem como objeto o conjunto de bens, direitos e obrigações ambientais, isto é, o patrimônio ambiental, e tem como objetivo fornecer informações aos mais diversos usuários sobre os eventos ambientais que alteram a situação do patrimônio (LIMA et al., 2012). No estudo desenvolvido pelo Intergovernmental Working Group of Experts on International Standard of Accounting and Reporting (UNCTAD/ISAR, 1997, p. 6-7) são abordados alguns termos relacionados à contabilidade ambiental:

- Custos ambientais: compreendem os custos das medidas adotadas ou que devem ser adotadas, para a gestão ambientalmente responsável dos gastos ambientais das atividades empresariais.

- Ativos ambientais: são custos ambientais capitalizados e amortizados em exercícios atuais ou futuros, sempre que satisfazem os critérios para o reconhecimento de ativos.

- Passivos ambientais: são obrigações relacionadas com os custos ambientais de uma empresa, que satisfazem os critérios para o reconhecimento como passivos.

Coelho e Lins (2010) definiram a Contabilidade Ambiental como um instrumento de mensuração dos gastos ambientais e de avaliação de desempenho no que envolva a questão ambiental. Ela deve estar devidamente integrada com a contabilidade tradicional, pois abrange informações originadas desde a aquisição de insumos até o descarte integral ou parcial do produto final.

EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

De acordo com as normas contábeis, no Brasil, a publicação das informações ambientais não é obrigatória. Alguns órgãos, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), recomendam a divulgação ambiental.

Verificou-se o quanto é importante que sejam evidenciadas as informações de natureza ambiental dentro das empresas, principalmente por parte daquelas que utilizam recursos naturais diretamente em suas atividades. Por outro lado, nota-se que as empresas possuem uma grande dificuldade de encontrar uma maneira adequada de evidenciar essas informações (ECKERT et al., 2014).

A Resolução nº 1.003/04 NBC T 15 estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, tendo por objetivo demonstrar a sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. De acordo com os procedimentos desta

norma, as Demonstrações de Natureza Social e Ambiental devem evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade extraídos ou não da contabilidade.

Segundo o parecer de Orientação nº 15/87 da CVM estabelece que as empresas de capital aberto devam informar no Relatório da Administração as informações referentes à proteção ao meio ambiente: descrição e objetivos dos investimentos efetuados e o montante aplicado. Já o IBRACON através da NPA 11 objetiva estabelecer os liames entre a contabilidade e o meio ambiente, cabe-lhe também, participar dos esforços em favor da defesa e proteção contra a poluição e as agressões a Vida Humana e a Natureza.

Em termos de modelos de divulgação, um deles é o Balanço Social, o qual visa mostrar à sociedade a atuação social e ambiental das empresas. Para Kroetz (2001), a elaboração do Balanço Social é adotada por muitas empresas e esse número vem crescendo por vários motivos: tornar público o planejamento e execução das ações socioambientais realizadas pela empresa; demonstrar a colaboração da empresa em prol da melhoria da qualidade de vida dos funcionários; mostrar os dispêndios destinados ao desenvolvimento de pesquisa e tecnologia; construção de uma espécie de banco de dados com informações que auxiliem na tomada de decisão interna sobre as áreas carentes de investimento.

Existem preponderantemente três modelos de Balanços Sociais utilizados no Brasil: o desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o modelo internacional do Global Reporting Initiative (GRI) e o modelo desenvolvido pelo Instituto Ethos (MACHADO; SILVA, 2020). Criado em 1997 o modelo Ibase tornou-se a principal ferramenta por meio da qual as empresas são estimuladas a conhecer, sistematizar e apresentar à sociedade informações sobre seus investimentos internos e externos em ações, iniciativas e projetos relacionados com o social e o ambiental (TORRES, 2008).

Também em 1997, foi fundada a Global Reporting Initiative – GRI, em Boston, EUA, com o objetivo de criar uma ferramenta internacional que garantisse que as empresas manteriam uma conduta ambiental responsável (GRI, 2022). Em 2000, a GRI lançou sua primeira versão de Diretrizes e em 2001 passou a ser uma instituição independente e sem fins lucrativos, oferecendo em seu website, documentos, softwares e ferramentas que apoiam as empresas na elaboração de seus relatórios. Em 2010, o Pacto Global recomendou às empresas o relatório da GRI como principal estrutura para divulgação de seus progressos.

O terceiro modelo é o do Instituto Ethos, que participa de debates sobre Balanço Social desde 1998. Fundado por um grupo de empresários da iniciativa privada, em 2000, o Instituto se colocou de vez no cenário nacional através da publicação da primeira versão dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (INSTITUTO ETHOS, 2013).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa documental. Segundo Gil (2002), a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Essa classificação se deve ao fato de que as informações que serão utilizadas para o estudo estão em documentos elaborados e divulgados pelas empresas.

Quanto ao objetivo, esta pesquisa se enquadrou como descritiva, porque a intenção foi descrever e classificar as diversas características das informações constantes nos relatórios avaliados. Elas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 2002).

No presente estudo a abordagem foi majoritariamente qualitativa, embora os elementos quantitativos também tenham sido utilizados. A análise qualitativa é menos formal do que a análise quantitativa, pois nesta última seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação (GIL, 2002).

Em termos de procedimentos de coleta e análise dos dados, inicialmente foi desenvolvida uma análise documental e após foi realizado um levantamento de quais os níveis de governança corporativa as empresas que seguem as Boas Práticas de Governança Corporativa no segmento Agrícola na B3 analisadas pertencem. Em seguida foi feita uma comparação entre quais as demonstrações das informações ambientais as empresas divulgam. Esses dados foram coletados das demonstrações contábeis, Notas Explicativas, Relatório da Administração, Relatório de Sustentabilidade e dos sites das empresas.

Os dados foram tabelados em Excel para uma posterior comparação e discussão entre as diversas empresas do setor agrícola. Foi analisado quais informações ambientais cada empresa publica e quais os dados são evidenciados, também como, o nível de informações trazidas em seus relatórios.

DEFINIÇÃO DA AMOSTRA E RESULTADOS PRELIMINARES

A amostra do estudo consistiu em empresas que seguem as boas Práticas de Governança Corporativa no segmento Agrícola na B3. Foram encontradas um total 11 empresas do segmento agrícola, para a presente pesquisa foram selecionadas as que seguem os mais altos níveis de Governança Corporativa. Dessa forma, foram selecionadas oito empresas, todas fazendo parte do Novo Mercado e do Nível 2 de Governança Corporativa, conforme exposto na Tabela 1:

Tabela 1 – Apresentação das Empresas Seleccionadas para Pesquisa

Código	Empresas	Nível de GC	Atividades Principais
AGRO3	BrasilAgro S.A.	Novo Mercado	Propriedades Rurais
AGXY3	AgroGalaxy S.A.	Novo Mercado	Insumos Agrícolas e Grãos
FRTA3	Pomi Frutas S.A.	Novo Mercado	Pomicultura
LAND3	Terra Santa S.A.	Novo Mercado	Propriedades Rurais
RAIZ4	Raizen S.A.	Nível 2	Etanol, Açúcar, Bioenergia
SLCE3	SLC Agrícola S.A.	Novo mercado	Algodão, Soja e Milho
SOJA3	Boa Safra Sementes S.A.	Novo Mercado	Sementes
TTEN3	Três Tentos S/A	Novo Mercado	Insumos Agrícolas

Fonte: Elaborada pelos autores

Para a coleta de dados, foram analisadas os Relatórios de Administração e de Sustentabilidade, as Demonstrações Contábeis, as Notas explicativas e os sites das empresas, da B3 e da CVM. A Pesquisa baseou-se no modelo de Rover, Murcia e Borba (2008), sendo dividida em duas categorias: Políticas Ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental.

Buscando identificar quais informações as empresas evidenciam e a qualidade das mesmas, e para uma melhor compreensão dos dados, foram atribuídas as notas 0, 2, 4, 6, 8, 10, sendo “0” quando a empresa não evidenciou nenhuma informação relevante, e “10” se ela evidenciou todas as informações ambientais necessárias.

A primeira das categorias analisadas é a que trata da evidenciação das Políticas Ambientais. Nela, existe a declaração de uma organização expondo suas intenções em relação ao seu desempenho ambiental prevendo uma estrutura para ação e definição de seus objetivos e metas ambientais. Nesse quesito, destacam-se positivamente as empresas AGXY3, RAIZ4 e SLCE3, as quais obtiveram a nota máxima em todas as subcategorias analisadas.

A primeira delas, a AgroGalaxy (AGXY3), formalizou seu ingresso na Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU). Ainda, visa o aprimoramento contínuo de aspectos Environmental, Social and Governance (ESG) em sua estratégia e a disseminação desses princípios em toda a sua cadeia de valor. Com vistas a minimizar impactos diretos de suas operações e contribuir com a redução das emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), a empresa reporta anualmente suas emissões de acordo com os parâmetros do GHG Protocol. Em 2020 recebeu o Selo EcoVadis, no qual, foram classificadas na categoria bronze. A metodologia é baseada em padrões internacionais de sustentabilidade, incluindo a Global Reporting Initiative (GRI), o Pacto Global da ONU e a ISO 26000.

Já a empresa RAIZ4 relata ter como ambição protagonizar a transição energética, provendo a energia de que a sociedade precisa hoje ao passo em que desenvolvem novas formas de energia para o futuro, colaborando para uma economia de baixo carbono. Recentemente, aderiu

ao Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo com o objetivo de engajar o setor privado e mobilizar práticas de negócios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate a corrupção. Já em relação ao uso da terra, é signatária do Protocolo Agroambiental Etanol Mais Verde, desde 2007. Trata-se de um acordo que relaciona princípios e orientações técnicas a serem adotados pelas indústrias da cadeia da cana-de-açúcar no que diz respeito as questões ambientais.

Completando a lista está a SLCE3, participante voluntária na Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU. Ela é signatária do Pacto Global desde 2015, integra a plataforma Ação pelo Agro Sustentável, que desenvolve projetos para a divulgação e fortalecimento dos Princípios Empresariais para Alimentos e Agricultura (PEAA) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados. A empresa integra também o Programa Brasileiro GHG Protocol, que incentiva a elaboração e a divulgação de inventários de gases de efeito estufa, além de possuir a Política de Desmatamento Zero, que formaliza o compromisso da SLC Agrícola em não converter áreas com vegetação nativa para o uso agrícola.

Na Tabela 2 pode-se visualizar as avaliações atribuídas às subcategorias que compõem as Políticas Ambientais:

Tabela 2 – Avaliação das Políticas Ambientais

Subcategorias	Empresas							
	AGRO3	AGXY3	FRTA3	LAND3	RAIZ4	SLCE3	SOJA3	TTEN3
Declaração das práticas, ações, atuais e futuras	8	10	6	0	10	10	6	8
Declaração de Obediência a leis, licenças, normas e órgãos ambientais	8	10	6	0	10	10	6	8
Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	8	10	4	0	10	10	4	8
Prêmios e participações em índices ambientais	6	10	6	0	10	10	4	10

Fonte: Elaborada pelos autores

Ainda em termos de Políticas Ambientais, o destaque negativo ficou por conta da empresa Terra Santa (LAND3), que ficou com a nota zerada em todas as subcategorias, visto que em nenhum de seus relatórios, tampouco em seu site, não se identificou qualquer menção a nenhuma subcategoria das políticas ambientais e nenhum outro tipo de informação ambiental.

Na sequência foram avaliados os elementos pertencentes a segunda e última categoria, a dos Sistemas de Gerenciamento Ambiental. Trata-se de processos voltados a resolver problemas de caráter ambiental, objetivando o desenvolvimento sustentável. Na Tabela 3 pode-se visualizar as notas atribuídas a cada um dos três elementos que compõem esta categoria:

Tabela 3 – Avaliação dos Sistemas de Gerenciamento Ambiental

Subcategorias	Sistemas de Gerenciamento Ambiental							
	AGRO3	AGXY3	FRTA3	LAND3	RAIZ4	SLCE3	SOJA3	TTEN3
ISO	0	10	10	0	10	10	0	0
Auditoria Ambiental	6	10	0	0	10	10	0	10
Gestão Ambiental	10	10	8	0	10	10	4	10

Fonte: Elaborada pelos autores

Chama atenção que as empresas que se destacaram positivamente nessa categoria são as mesmas da categoria anterior, a das Políticas Ambientais. Assim, AGXY3, RAIZ4 e SLCE3 obtiveram nota máxima em todas as subcategorias verificadas, pois além de todas possuírem alguma norma ISO, evidenciam adequadamente as questões voltadas a Auditoria Ambiental e Gestão Ambiental.

Cabe aqui mencionar a avaliação máxima obtida pela TTEN3 em dois quesitos, visto que a empresa não possui implantada nenhuma norma ISO, fato que lhe reduziu a nota máxima possível. Informações levantadas indicam que a empresa dispõe de um Plano de Gestão Socioambiental (PGSA), que declara e reforça a política e apresenta um conjunto de atividades e ferramentas de gestão, tendo como propósito a proteção do meio ambiente, a prevenção da poluição e a melhoria da comunidade na qual está inserida.

Além disso, no sentido de mitigar os impactos ambientais, conta com um Sistema de Efluente Zero, de modo que todo efluente gerado é reaproveitado, bem como um Sistema de Captação de Água da Chuva, que posteriormente é utilizada no processo industrial. Já com relação à geração energia para a fábrica, a alternativa foi a instalação da caldeira de cogeração, que teve seus testes iniciados recentemente.

Merece destaque negativo, novamente, a LAND3. Em seus relatórios publicados, a referida empresa não faz qualquer menção a nenhuma subcategoria dos Sistemas de Gerenciamento Ambiental. Ela traz somente informações financeiras e administrativas, sendo que a Auditoria Independente contratada foi somente para as demonstrações financeiras individuais e para a área tributária, o que fez sua avaliação para fins do presente estudo ficar zerada.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir das informações apresentadas no tópico anterior, é possível tecer algumas considerações acerca das avaliações realizadas. Antes disso, vale apresentar a Tabela 4, que demonstra as totalizações das subcategorias, separadas por empresa.

Tabela 4 – Totalização das notas por empresa

Subcategorias	Comparativo das Notas							
	AGRO3	AGXY3	FRTA3	LAND3	RAIZ4	SLCE3	SOJA3	TTEN3
Soma Total	46	70	40	0	70	70	24	54

Fonte: Elaborada pelos autores

Assim, observando os dados e respectivas totalizações, é possível perceber que três das empresas analisadas estão muito à frente das outras, sendo elas a AgroGalaxy (AGXY3), a Raízen (RAIZ4) e a SLC Agrícola (SLCE3), apresentando informações ambientais completas e transparentes. Tendo em vista somente o aspecto Ambiental, são ótimas para investidores que se importam e buscam empresas que se preocupam com o meio ambiente.

Outras três empresas estão no nível Intermediário, que são a Três Tentos (TTEN3), a BrasilAgro (AGRO3) e a Pomi Frutas (FRTA3), as quais possuem informações ambientais relevantes, mas com algumas falhas, como por exemplo, a falta de ISO ou Auditoria Ambiental. Ressalte-se que a empresa Pomi Frutas está em processo de Recuperação Judicial, esse aspecto não foi analisado no presente estudo, mas para futuros investidores essa informação é de extrema utilidade.

Já nas empresas Terra Santa (LAND3) e Boa Safra Sementes (SOJA3) são irrisórias as Informações Ambientais. A Boa Safra fornece alguns dados, mas são muito superficiais, sem nenhum aprofundamento, e a Terra Santa não demonstra qualquer Informação Ambiental.

CONCLUSÃO

A preservação ambiental está cada vez mais em evidência. A cobrança vem tanto da sociedade, que convive com os danos causados pelas empresas, como também dos próprios investidores, que utilizam os dados de informações ambientais, na hora de decidir se investem ou não em uma determinada empresa.

As empresas, por meio de relatórios e dados divulgados, conseguem demonstrar para a população e investidores quais as medidas estão sendo tomadas. Mostram o que, de fato, está sendo feito para mitigar seus danos e por consequência ter um convívio harmônico com o meio ambiente.

Os resultados encontrados a partir da realização desta pesquisa indicam que grande parte das empresas analisadas possuem consciência que suas atividades geram consequências ao meio ambiente. Elas divulgam algumas informações de forma descritiva, relatam certificações, práticas ambientais, investimentos, programas de educação ambiental. No entanto, pouca informação é evidenciada quando o termo utilizado se refere aos reparos a danos ambientais, passivos ambientais e práticas contábeis adotadas.

Empresas como AgroGalaxy, Raízen e SLC Agrícola, estão um passo à frente das outras. Além de demonstrarem muitos dados relacionados a parte ambiental, elas evidenciam o que fazem e como fazem para mitigar seus danos ao meio ambiente.

Diante disso, conclui-se que as empresas utilizam essas informações para demonstrar um lado positivo perante a sociedade. Segundo Chi-Kum (2005) uma Governança Corporativa bem elaborada promove maior assertividade na prestação de contas, elava o desempenho, além de ser uma valiosa vantagem competitiva. Percebe-se que evidenciar as informações ambientais é fundamental para as empresas, pois quanto maior o investimento em relação ao meio ambiente, maior será seu desenvolvimento econômico, pois buscam a valorização do mercado, seja com a intenção de amenizar os impactos ambientais ou por questão de marketing, para obterem vantagem em relação à concorrência.

Em termos de implicações gerenciais, para os gestores de empresas, essa pesquisa poderá servir para avaliação de como sua empresa disponibiliza as informações ambientais em relação aos seus concorrentes. Já para os investidores que analisam o lado ambiental das empresas, poderão utilizar essas informações para tomada de decisão, analisando quais empresas se preocupam com o meio ambiente, facilitando o processo de investimento. Além disso, as empresas poderão utilizar esse estudo para entender a importância dessas demonstrações, analisando como as principais empresas do segmento evidenciam essas informações. Mostrar o que se faz, como se faz, e quais os resultados dessas ações é um diferencial para que a empresa fique em evidência.

Como limitações, nota-se que as empresas possuem uma grande dificuldade de encontrar uma maneira adequada de evidenciar informações ambientais. Essa informação está de acordo com Eckert et al. (2014) que também relatou a dificuldade das empresas em padronizar e disponibilizar essas informações. Embora no Brasil a divulgação não seja obrigatória, uma padronização seria de suma importância para o avanço dessa área. As empresas podem ter tido ações de caráter ambiental e não terem sido divulgadas, essa é uma das dificuldades da falta de padronização.

Para estudos futuros, recomenda-se ampliar a amostra. Analisar empresas com outras áreas de atuação, entretanto, vinculadas ao meio ambiente. Ou também, realizar uma análise mais profunda dessas empresas, utilizando diferentes indicadores ambientais.

REFERÊNCIAS

B3. **A Bolsa do Brasil**. [?]. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/. Acesso em: 10 abr. 2022

CARVALHO, G.M.B. **Contabilidade Ambiental: Teoria e Prática**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2020.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHI-KUN, Ho. Corporate Governance and Corporate Competitiveness: an international analysis. **Corporate Governance And Corporate Competitiveness**, v. 13, n. 2, p. 211-253, março 2005.

CLAESSENS, Stijn. Corporate Governance and Development. **The World Bank Research Observer**, v. 21, n. 1, p. 91-122, 23 fev. 2006.

COELHO, C.U.F; LINS, L. S. **Teoria da contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). **Resolução CFC nº 1.003/04. Aprova a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental**. [S. l.], 2004. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003&arquivo=Res_1003.doc. Acesso em: 30 abr. 2022.

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Brasil). **Instrução CVM, nº 351. Dá nova redação ao art. 16 da Instrução CVM no 202, de 6 de dezembro de 1993**. [S. l.], 24 abr. 2001. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst351.html>. Acesso em: 30 abr. 2022.

DENCKER A.de F.M. **Métodos e Técnicas de pesquisa em turismo**. 4.ed. São Paulo: Futura, 2000.

ECKERT, Alex; LEITES, Eduardo T.; CECHINATO, Suzana; MECCA, Marlei S.; BIASIO, Roberto. Evidenciação Contábil das Informações Ambientais: Uma Análise das Empresas da Serra Gaúcha Listadas na Bovespa. **Revista Rosa dos Ventos**, v. 6, ed. 4, p. 508-530, 2014.

FERREIRA, R. M.; FIORILLO, C. A. P. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA SUSTENTÁVEL NO BRASIL. **RJLB**, Lisboa, n. 2, 2016.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE (Holanda). About GRI. In: **Global Reporting Initiative** (Holanda). [S. l.], [?]. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/about-gri/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (Brasil). Governança Corporativa. In: **IBGC** [S. l.], [?]. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>. Acesso em: 30 abr. 2022.

IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (Brasil). Quem somos: Referência em governança corporativa. In: **O IBGC**. [S. l.], [?]. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/quemsomos>. Acesso em: 30 abr. 2022.

IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - IBGC (Brasil). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. IBCG. 5 ed., São Paulo, 2009.

IBRACON - INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL (Brasil). IBRACON. In: **IBRACON**. [S. l.], [?]. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

INSTITUTO ETHOS (Brasil). **Responsabilidade Social das Empresas: A contribuição das Universidades**. V. II. São Paulo: Peirópolis, 2003.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KROETZ, C. E. S. Balanço Social: Uma proposta de Normatização. **Revista Brasileira de Contabilidade**, p. 53-63, maio/jun, 2021.

LIMA, K. P. S.; CUNHA, D. R.; MOREIRA, F. G. L.; PORTE, M. de S. Contabilidade Ambiental: Um Estudo Sobre A Evidenciação Das Informações Ambientais Nas Demonstrações Contábeis Das Grandes Empresas Brasileiras. **REA**, v. 11, ed. 1, jan-jun 2012.

MACHADO, P.; SILVA, N. T. MODELOS DE BALANÇO SOCIAL NO BRASIL: UM ESTUDO COMPARATIVO. **REASU**, 2020.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, J. Dia do Meio Ambiente: 5 desastres ambientais recentes para não esquecer (ou repetir): **Correio Braziliense**, Brasil, 5 jun. 2021. Preservação, p. Versão online. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/06/4929070-dia-do-meio-ambiente-5-desastres-ambientais-recentes-para-nao-esquecer--ou-repetir.html>. Acesso em: 4 abr. 2022.

NASCIMENTO, F. P. Do; SOUZA, F. L. L. **Metodologia Da Pesquisa Científica: Teoria E Prática**. Goiás: Thesaurus, 2016.

RODRIGUES, J. A; MENDES, G. M. **Governança corporativa: estratégia para geração de valor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

TORRES, C.; MANSUR, C. **Balanço Social, dez anos: o desafio da transparência**. Ibase, Rio de Janeiro, ago. 2008. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/102804>. Acesso em: 5 abr. 2022.

UNCTAD/ISAR – United Nations Conference on Trade and Development/ Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting, 1997, Geneva. **Environmental financial accounting and reporting at the corporate level**, Geneva, 1997. Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official-document/c2isard2.en.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.